

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

VULGARISATION RURALE POUR L'AGRICULTURE FAMILIALE: ANALYSE DE LA MICRORÉGION DE GUAMÁ, ÉTAT DU PARÁ

Giovane Lopes Soares¹
Marcelle dos Santos Praia²
Carlos Douglas de Sousa
Oliveira³

Área temática: Agroecologia, Agricultura Familiar, Camponesa e Soberania Alimentar

Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a prática de extensionistas rurais na microrregião do Guamá, Pará, com foco na sua atuação socioambiental e na percepção sobre o novo modelo de Ater no Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de um formulário *on-line*, aplicado aos extensionistas, cujos dados foram organizados em planilhas do *Excel* e analisados com base em referencial teórico. Os resultados apontam que os extensionistas buscam seguir, de maneira metodológica e transparente, as diretrizes legais da Ater, atuando junto aos agricultores para promover transformações sustentáveis no espaço rural. No entanto, identificou-se a necessidade de rever critérios que impedem agricultores de manterem outras atividades econômicas sem perder a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), o que limita a prática da pluriatividade. Além disso, a escassez de incentivos e apoio por parte do poder público ainda representa um obstáculo relevante à efetividade do trabalho extensionista. Conclui-se que a valorização da extensão rural e a articulação entre agricultores e extensionistas são essenciais para o fortalecimento das práticas sustentáveis e a melhoria das condições de vida no campo.

Palavras-Chave: Extensão Rural, Desenvolvimento Sustentável.

RÉSUMÉ

Cette étude visait à analyser la pratique des agents de vulgarisation rurale de la microrégion de Guamá, Pará, en se concentrant sur leurs performances socio-environnementales et leur perception du nouveau modèle Ater au Brésil. La recherche a été menée à l'aide d'un formulaire en ligne, appliqué aux agents de vulgarisation, dont les données ont été organisées dans des feuilles de calcul Excel et analysées selon un cadre théorique. Les résultats indiquent que les agents de vulgarisation s'efforcent de suivre, de manière méthodologique et transparente, les directives légales de l'Ater, en travaillant avec les agriculteurs pour promouvoir des transformations durables dans les zones rurales. Cependant, il a été identifié qu'il est nécessaire de revoir les critères qui empêchent les agriculteurs de maintenir d'autres activités économiques sans perdre leur déclaration d'Éligibilité au Pronaf (DAP) ou registre national de

¹ Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra, eng-federal.pf@hotmail.com

² UFRA, marcellepraia94@gmail.com

³ Ufra, douglas.oliveira@ufra.edu.br

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

l'agriculture familiale (CAF), ce qui limite la pratique de la pluriactivité. En outre, le manque d'incitations et de soutien de la part du gouvernement constitue toujours un obstacle important à l'efficacité du travail de vulgarisation. Il est conclu que la valorisation de la vulgarisation rurale et l'articulation entre agriculteurs et vulgarisateurs sont essentielles pour renforcer les pratiques durables et améliorer les conditions de travail.

Mots Clés: Vulgarisation rurale, développement durable.

1. INTRODUÇÃO

A extensão rural no Brasil é caracterizada por uma enorme diversidade de agentes que a praticam, a partir de uma miríade de concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses. Esta pluralidade contrasta com o quadro predominante até meados dos anos 1980, quando os serviços de extensão rural eram quase que praticamente fornecidos pelo Estado (DIAS, 2007).

Para autores clássicos da pesquisa agrícola no Brasil, como Alves *et al.* (2016), a extensão rural representa um elo importante da cadeia de inovação na agropecuária. Sua função é conectar os resultados da pesquisa com a adoção de conhecimentos e tecnologias pelos produtores rurais, pequenos, médios ou grandes. Portanto, disponibiliza conhecimentos para que os agricultores constituam sua tecnologia de produção. Esse tipo de visão sobre a extensão rural considera que "... em muitos casos, para pequenos produtores, é necessário prover pacotes tecnológicos, devido ao seu baixo nível de capacitação (ALVES *et al.*, 2016 p.1).

A partir dos anos 1990, surgiram novas propostas e concepções para trabalhar a agricultura familiar, destacando-se a agroecologia, que mostra uma estreita relação com o pensamento de Paulo Freire, uma vez que trabalha a unidade familiar de forma sistêmica e articulada. A agroecologia também percebe a assistência técnica como um processo de educação continuada – com participação ativa dos agricultores e agricultoras, considerados sujeitos das mudanças e transformações – com profissionais de diferentes áreas de formação na equipe técnica, e articulações entre organizações (CARVALHO, 2021).

Porém, para Caporal (1998; 2006), que é um dos idealizadores da nova extensão rural no Brasil, a ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Nessa perspectiva, no início da década de 2000, gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), definiram que o papel da extensão rural pública no Brasil

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

é estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (MDA, 2004).

Se a extensão rural no Brasil representa um processo educativo, conforme prevê a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, conectado com o desenvolvimento rural. Cabe questionar o crescimento desse processo no âmbito das principais dimensões do desenvolvimento: social, ambiental e econômica. Nessa perspectiva, Caporal (1998), a partir de um enfoque socioambiental, apresenta a extensão rural agroecológica como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias participativas, que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e a sistematização de conhecimentos que os levem a atuar, conscientemente, sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e a seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Diante dessa perspectiva, surge a necessidade de compreender como esse tema da extensão rural contemporânea é concebido e praticado pelos extensionistas da microrregião Guamá, situada no território Nordeste Paraense, com o intuito de orientar as ações de formação ou capacitação desses extensionistas, com vistas às práticas socioeducativas e agroecológicas no estado do Pará. Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a prática de extensionistas rurais, a partir da perspectiva de transformação no cenário socioambiental da microrregião Guamá, no estado do Pará.

Especificamente, a pesquisa visa: i) revelar a concepção dos extensionistas rurais da microrregião Guamá, sobre o novo modelo de extensão rural no Brasil; ii) identificar as ações e métodos dos extensionistas, no sentido de construção de processos educativos voltados para práticas socioambientais; iii) identificar o perfil dos extensionistas rurais da microrregião Guamá.

2. METODOLOGIA

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem quanti e qualitativa, focada na representação social de extensionistas rurais da Emater-PA, com a aplicação de formulário da plataforma *Google* Formulários, composto por perguntas abertas e fechadas, visando atender aos objetivos desta pesquisa. Os resultados foram sistematizados pela própria plataforma utilizada para o levantamento de dados e analisadas, com base na literatura pesquisada e parte apresentada aqui no referencial teórico.

O formulário foi encaminhado em maio e junho de 2022 a todos os extensionistas da Emater-Pará, microrregião Guamá (em média 3 extensionistas por município, totalizando aproximadamente 40 extensionistas). Porém, somente sete (07) responderam (aproximadamente 18% do total), representando os municípios de Aurora do Pará, Capitão Poço, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Irituia e Santa Luzia do Pará

4.1 Área de pesquisa

O estado do Pará, com área de 1.247.955,381 Km², representa 29,73% da Amazônia brasileira (4.196.943,00 km²) e 14,65% do território nacional (8.515.767,049 km²). Dentro dessa unidade da federação estão grandes mesorregiões que foram determinadas a partir de uma perspectiva histórico-espaço-social (Cordeiro *et al.*, 2017). Este trabalho foi realizado na mesorregião nordeste paraense, especificamente na microrregião do Guamá, denominada atualmente de Região de Integração do Guamá, pelo atual governo do estado do Pará.

O Nordeste Paraense é uma grande mesorregião biogeográfica, com especificidades socioculturais e ecológicas. Essas características peculiares não se deram somente pela colonização, mas, sobretudo, pelos processos diferenciados das relações dos imigrantes com o meio ambiente. Nessa mesorregião a condição histórica e geográfica influenciou no sistema de manejo do solo, com reflexos no valor cultural, social, econômico, político e ambiental da população local (CORDEIRO *et al.*, 2017).

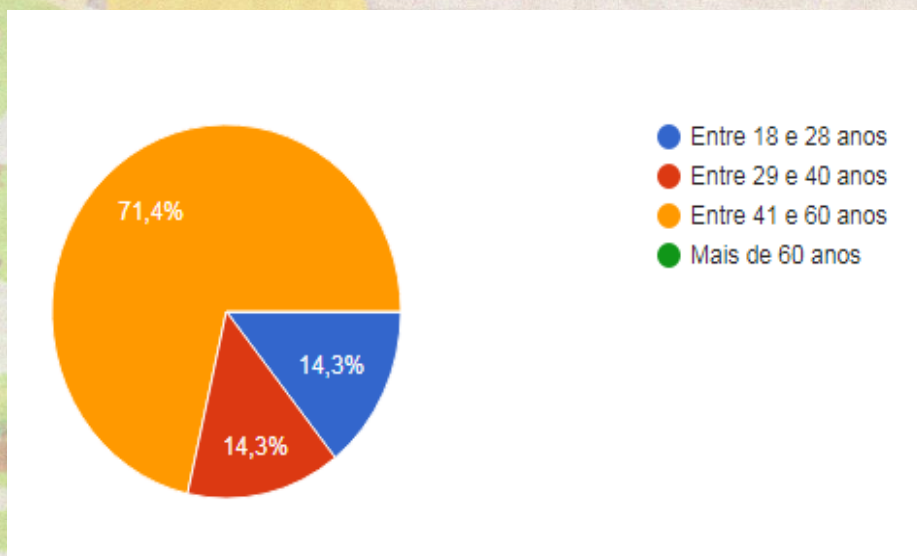
O solo predominante é do tipo Latossolo Amarelo de textura média, ácido e, em geral, com baixa fertilidade natural. Nessa mesorregião o tipo climático varia de mesotérmico a megatérmico úmido, peculiar da região Amazônica. É caracterizado pela ocorrência de temperaturas elevadas, acompanhadas de muita umidade. A temperatura mínima oscila entre 22°C e 23°C e a máxima entre 30°C e 34°C. A umidade relativa do ar está entre 85% a 91% com chuvas abundantes e pluviosidade de 2.250 a 2.500 mm anuais (CORDEIRO *et al.*, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

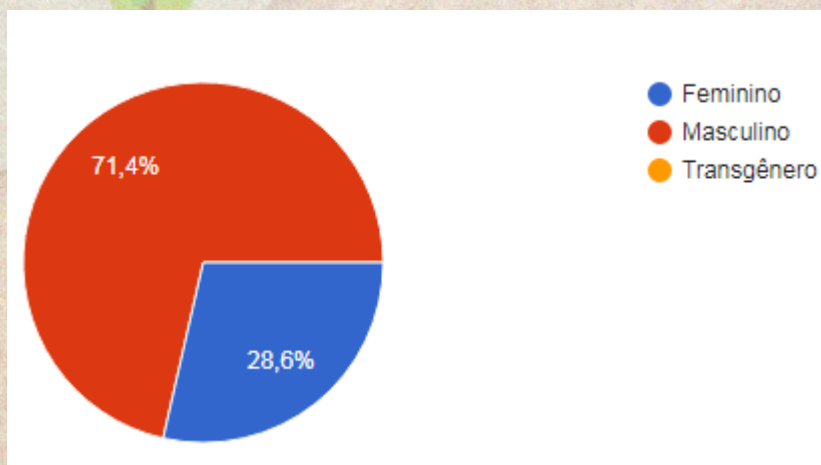
Acerca da faixa etária dos extensionistas (Figura 1), houve variação nas respectivas idades, na qual os mais novos têm entre 18 e 28 anos, seguidos de 29 a 40 anos e os mais velhos entre 41 e 60 anos, esses representam a maioria, provavelmente pelo fato de não ter havido concurso para a empresa nos últimos anos.

Figura 1 – Faixa etária dos extensionistas



Fonte: Os Autores.

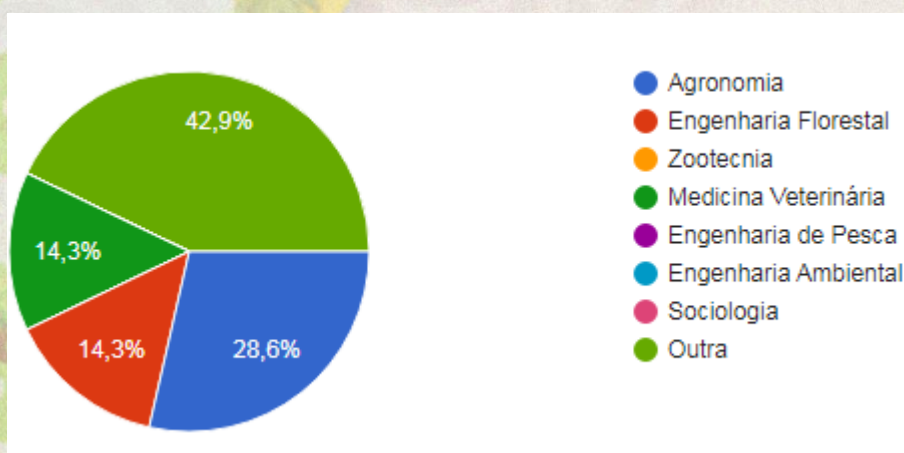
Figura 2 – Gêneros informados na pesquisa



Fonte: Os Autores.

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

Figura 3 – Grau de formação dos entrevistados

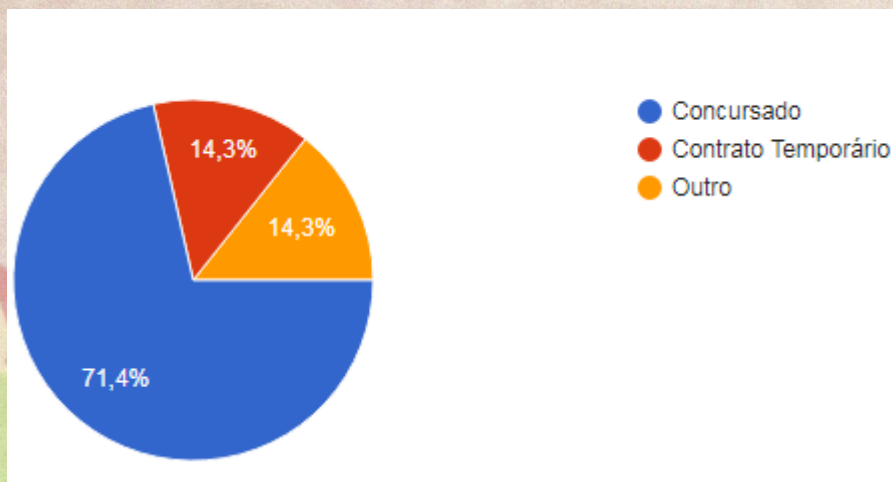


Fonte: Os autores.

Sobre os locais de trabalho, foi perguntado acerca dos municípios onde exercem suas atividades, todos os entrevistados trabalham na EMATER-PA, órgão de natureza pública. Com relação ao tipo de contratação (Figura 4), o maior percentual são de concursados (71,4%), seguido de profissionais contratados (14,3%) e outros (14,3%).

Figura 4 – Forma de ingresso dos extensionistas na Emater-Pará.

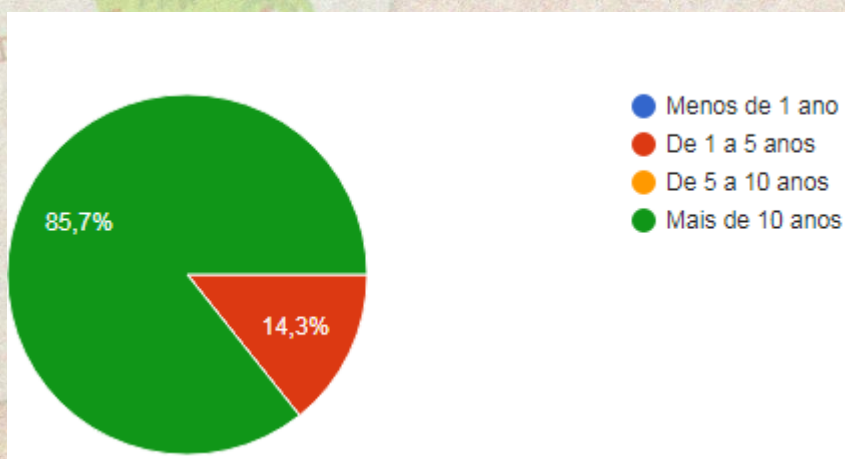
EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ



Fonte: Os Autores (2022).

Com relação ao tempo de atuação como extensionista rural na Emater – PA (Figura 5), ultrapassa 10 anos para mais da metade dos entrevistados (85,7%), enquanto os demais atuam de 1 a 5 anos na extensão rural. Portanto, constata-se que, considerando a microrregião Guamá, a maioria dos profissionais da extensão rural da Emater-Pa são pessoas que possuem larga experiência com a atividade de extensão.

Figura 5 – Tempo de atuação como extensionista rural



Fonte: Os Autores (2022).

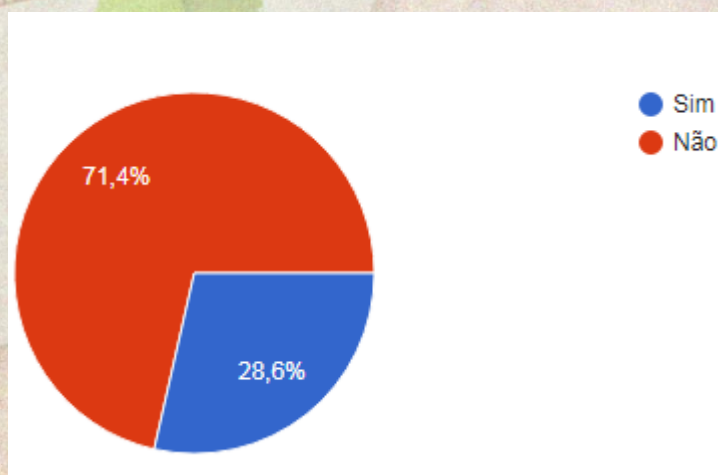
Ao serem questionados quanto à escolha de trabalharem como extensionistas rurais, muitos responderam que está relacionado à sua área de formação, já alguns responderam que foi devido ao fato de gostarem do setor produtivo rural e que também o histórico familiar no ramo agropecuário foi fundamental para suas decisões. Outro fator preponderante para os demais entrevistados foi o primeiro

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

contato na graduação com a extensão rural que, a partir daquele momento, decidiram que era exatamente a área que gostariam de trabalhar por gostar do contato com o produtor. Além das oportunidades e poder colaborar com a inserção das agroindústrias familiares no mercado.

Os extensionistas foram questionados se gostariam de mudar de trabalho (Figura 6), a maioria (71,4%) respondeu que não, ao justificarem, alguns disseram que estão satisfeitos com o trabalho, sentem-se realizados profissionalmente. Outros afirmaram que estão fazendo aquilo que gostam, por amor e prazer à profissão, justamente no órgão que trabalham, no caso a Emater-Pa. Porém, outros disseram que sim (28,6%), gostariam de mudar de trabalho, justificando novas experiências e mudança de pensamento, colaborando de outra forma para a humanidade e, pelo fato de alguns empecilhos no exercício da profissão na Emater-Pa, tais como a falta de incentivos ou condições para realizar os trabalhos de assistência técnica e extensão rural.

Figura 6 – Interesse dos extensionistas por mudança de trabalho



Fonte: Os Autores (2022)

Consta-se que há uma parcela significativa de extensionistas realizado com o trabalho que desempenham na Emater-Pa. Assim, se deduz que estes extensionistas sentem prazer em dialogar com os agricultores, seus saberes técnicos, adquiridos durante a formação acadêmica e nos anos de

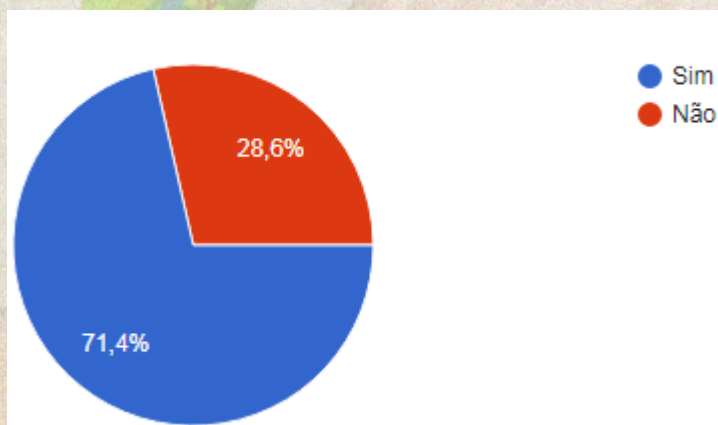
EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

experiência no mercado de trabalho. Todavia, nem todos se sentem satisfeitos nesse ramo, seja pela falta de incentivos ou oportunidades, ou por almejamem outras profissões que dariam melhores condições, bem como motivados pelo interesse em buscar outras formas de contribuir para a sociedade.

Com relação ao conhecimento e leitura da lei de assistência técnica e extensão rural (Lei de nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), mais da metade (71,4%) disse que já leu, em contrapartida, 28,6% assumiram que ainda não leram esta lei (Figura 7). Este percentual, de quase 30%, ainda é considerado alto, uma vez que a referida lei deve orientar e direcionar todo o trabalho dos extensionistas brasileiros.

Analisando as respostas anteriores, os extensionistas foram questionados se mudariam a lei de ATER. Foi mencionado que acrescentariam a valorização do profissional de extensão. Já para os demais, seria interessante acrescentar mais questões sobre créditos rurais, pois a assistência prestada já é gratuita, porém, podendo ser de qualidade.

Figura 7 – Percentual de extensionistas com leitura da lei de Ater.



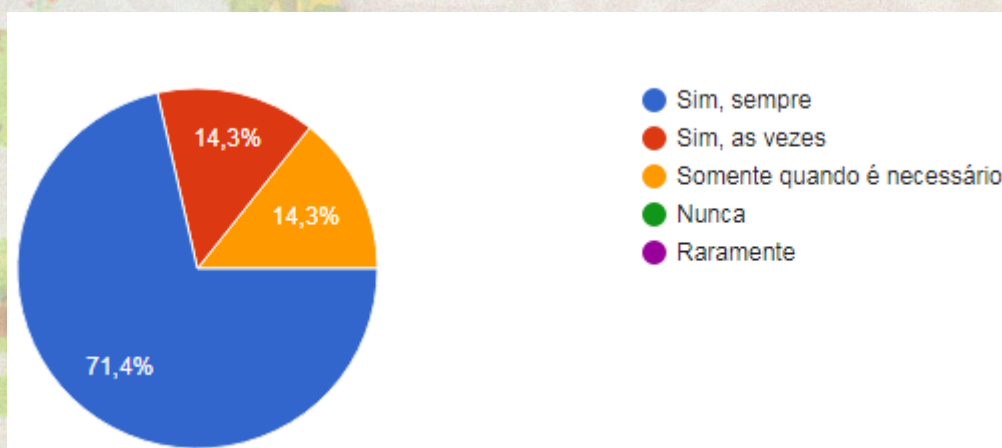
Fonte: Os Autores (2022)

Ao serem questionados sobre a prestação de serviços de Ater de forma educativa (Figura 8), para a maioria (71,4%) dos entrevistados essa é uma prática constante em suas vidas profissionais. Ao justificar essa forma de trabalho, alguns além de englobar a parte econômica, social e cultural, procuram

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

entender e adaptar-se a Ater. Outra forma de trabalharem de forma educativa é através de informações multidisciplinares e conhecimentos técnicos repassados aos agricultores, tanto no escritório, como no campo. Com isso, acabam fazendo um trabalho educativo. Há também alguns extensionistas que dizem realizar um trabalho educativo às vezes (14,3%), pois há a importância de levar as informações de forma clara para os agricultores. Ou seja, como outros também trabalham com a agricultura familiar, exercem a profissão com respeito e ética junto ao público. Porém, há um percentual igual ao anterior (14,3%) afirmando que desempenham o trabalho de forma educativa, somente quando necessário. Isso porque, segundo eles, ocorre que, em determinados assuntos, precisam de técnicos de outras áreas.

Figura 8 – Percepção dos extensionistas sobre o caráter educativo do serviço de Ater.



Fonte: Os Autores (2022)

Outra pergunta do questionário se refere às vantagens e desvantagens da lei de Ater. A vantagem mencionada pelos extensionistas diz respeito à lei que institui toda a política de Ater, solidificando essa política no campo, além de nortear as ações de Ater na sua execução. Outro fator importante para os extensionistas está associado à institucionalização da Ater, por serem bem elaboradas. Já as desvantagens apontadas estão na não valorização do profissional de Ater. Para eles falta contemplar mais a pesquisa. Os demais extensionistas afirmam que não veem desvantagens, apenas acrescentariam mais benefícios. No entanto, não considera as regionalidades na sua integralidade.

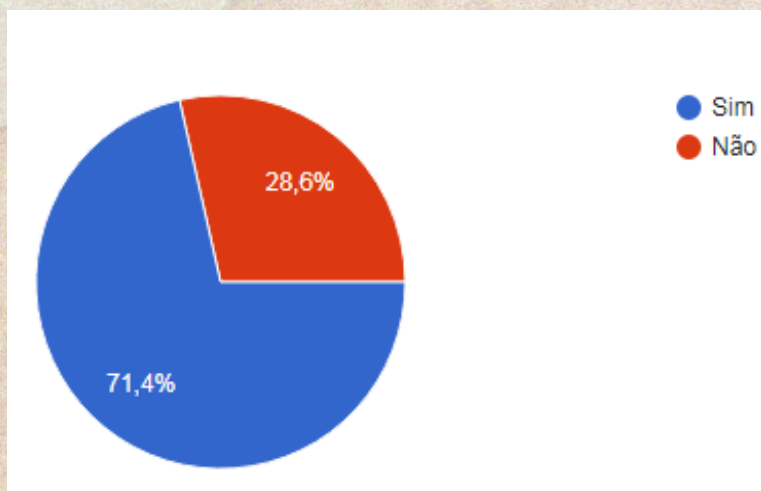
Os extensionistas foram questionados sobre o que eles entendem em relação ao novo rural. Uma das respostas foi bem direta, afirmando que não passa de mais um neologismo. Porém, para os demais extensionistas, esse contexto vem sendo colocado atualmente, principalmente pela academia: “Mas esse contexto, ele precisa ser ainda bastante debatido, para que não tenhamos de ficar novamente com o mais do mesmo ...” (Extrato de Entrevista, 2022). O restante dos entrevistados afirma que, é um método de difundir informações, ações no setor rural mais integrado e a compreensão das diversidades social e

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

culturalmente integrada à produção agropecuária. Estes últimos demonstram que estão conectados com a concepção de que o rural não é somente agrícola, conforme vem sendo apresentado na academia por Schneider (2010).

Foi também perguntado sobre o que seria Pluriatividade aos extensionistas, a maioria (71,4%) respondeu que sabe do que se trata. Já menos da metade (28,6%) disseram não ter conhecimento sobre o referido tema (Figura 9). Isto é preocupante, uma vez que estes extensionistas são responsáveis pela caracterização dos agricultores familiares, no momento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nesse sentido, acabam não considerando que estes agricultores são pluriativos, gerando problemas identificados em pesquisas sobre o tema no estado do Pará. Conforme Souza; Fonseca (2019), isso demonstra a necessidade de investimentos por parte do poder público, bem como das universidades rurais, para com a formação dos profissionais de Ciências Agrárias, extensionistas, formuladores e gestores de políticas públicas voltadas para o meio rural no estado do Pará.

Figura 9 – Conhecimento dos extensionistas, quanto ao tema pluriatividade.



EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

Fonte: Os Autores

Outro questionamento fundamental foi em relação ao que os entrevistados achavam acerca dos agricultores familiares terem direito de ter outra ocupação, além de agricultor e mesmo assim receberem a DAP. Nesse aspecto, a decisão foi unânime, todos responderam que sim, concordam que eles têm direito à DAP, mesmo possuindo outra ocupação, para além da agricultura. O que demonstra que eles estão agindo de acordo com a lei de Ater e seguindo a concepção de que o rural não é somente agrícola, conforme discutem os autores que se dedicam ao tema do novo rural.

De acordo com Souza; Fonseca (2019), onde falam sobre a “Caracterização e importância da pluriatividade na reprodução socioeconômica de agricultores familiares da comunidade Bola preta, Capitão Poço, Pará, Brasil”, alguns interlocutores demonstraram certa insatisfação de como são tratados por realizarem atividades extras dentro ou fora da propriedade, que não sejam voltadas para a agricultura como: “É difícil, quando digo que preciso de algum projeto, ou de algum documento, me dão logo aquela olhada como se eu tivesse querendo me aproveitar e não fosse agricultor de verdade”.

Ao serem questionados sobre o que acharam do foco da extensão rural ser somente a produção agrícola ou pecuária. Todos responderam que não concordavam. Ao justificarem este questionamento, percebe-se que, para os extensionistas, a extensão rural é abrangente e está presente em outras áreas, como educação e saúde, por exemplo. Outra forma seria trabalhar para ajudar na parte social e ambiental, ou seja, tem que considerar condições sociais e culturais e suas interações diversas na sociedade como um todo, por exemplo, auxiliar no processo de aposentadoria, Regularização fundiária. Portanto, a extensão rural deve focar em qualquer ação produtiva junto ao nosso público.

Em relação às principais dificuldades para desempenhar o trabalho como extensionista rural, os entrevistados foram contundentes em apontar os seguintes aspectos: i) desvalorização salarial; ii) falta de recursos financeiros, para realização do trabalho de extensão; iii) demora no repasse de equipamentos para o órgão de Ater; iv) falta de formação continuada para os extensionistas; v) baixo nível de organização dos beneficiários da extensão rural pública, no caso os agricultores familiares.

Ao serem questionados sobre os três principais temas trabalhos e projetos que os entrevistados desenvolviam com os agricultores familiares. Nesse sentido, houve uma variação nas respostas dos extensionistas rurais, conforme observa-se a seguir: i) acesso ao Pronaf e descarte de resíduos na zona rural; ii) bovinocultura, Pimenta do Reino, Mandioca; elaboração de projetos técnicos e emissão de DAP (atualmente CAF) e Cadastro Ambiental Rural (CAR). Provavelmente estas respostas foram tão diferentes porque nem todos os extensionistas responderam à pesquisa, considerando que as equipes costumam fazer uma divisão de atividades de trabalho e apenas um membro de cada equipe de extensionistas

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

respondeu o formulário por município. Se todos tivessem respondido, talvez houvesse mais convergências nas respostas.

Houve, também, respostas relacionadas à legalização de agroindústrias, capacitação de manipuladores de alimentos e produção de lácteos. Outras atividades como; organização rural, introdução de culturas permanentes, comercialização e diversificação da produção na propriedade rural, ou seja, criação de pequenos, médios e grandes animais. Há temas variados no qual os extensionistas utilizam para desenvolver suas atividades, por exemplo, agroecologia, crédito rural, desenvolvimento rural sustentável, na olericultura, regularização fundiária, benefício previdenciário e crédito rural.

Foram questionados também a respeito das dificuldades de trabalhar com a agricultura familiar. Em suas respostas, os extensionistas responderam da seguinte forma: “no caso do Pará, a infraestrutura da zona rural: estradas, energia, comunicação, falta de organização dos agricultores, falta de recursos, organização das famílias trabalhadas e dificuldade cultural de seguir orientação”.

Sobre a maior vantagem de trabalhar com a agricultura familiar, cada um respondeu de forma objetiva, por exemplo, a receptividade por parte das famílias assistidas, vontade de crescer, responsabilidade pela produção de alimentos que chega à mesa dos brasileiros. A participação e envolvimento com agricultores familiares é uma verdadeira troca de saberes.

Outro questionamento foi a respeito dos extensionista atuarem nas questões sociais e ambientais com os agricultores. Todos (100%) concordaram que sim. Justificando essa decisão, todos externaram suas ideias declarando que a extensão rural é ampla, tendo relação de comunicação com o agricultor, levando conhecimento tornam-se mais conscientes de seu papel no meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida. Alguns entrevistados garantem que, hoje não há crescimento econômico desatrelado da consciência social e ambiental. Já para alguns, o profissional deve estar ativo nesse contexto, pois caso contrário quem sofrerá com isso serão justamente os agricultores. Outro ponto seria a imposição legal aos agricultores a se adequar e a extensão tem que prestar as orientações.

Ao serem perguntados se entendiam que a extensão rural é um processo educativo, todos os entrevistados (100%) concordaram que sim. Já sobre a pergunta referente à leitura do livro “Extensão ou Comunicação” de Paulo Freire, a maioria (57,1%) dos entrevistados respondeu que sim, enquanto o restante (42,9%) responderam que nunca leram. Com isso, entende-se que os extensionistas tem a compreensão da importância da educação informal no trabalho de extensão, mas nem todos os extensionistas conhecem as críticas de Paulo Freire sobre os extensionistas do passado.

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

Os métodos da extensão que mais utilizam no trabalho junto aos agricultores familiares correspondem aos seguintes: visita, contato, palestras, reunião, dia de campo, intercâmbio e cursos. Saber ouvir e traçar planos de acordo com a necessidade e capacitação das famílias trabalhadas.

Em relação ao tipo de formação ou capacitação que receberam, ao longo da carreira, todos responderam de forma sucinta ao questionário. Alguns responderam que foram várias formações, já outros afirmaram que fizeram elaboração de CAR, crédito rural entre outros. Os demais se capacitaram em cursos de metodologias, capacitação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Indicação Geográfica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, também, como técnico em agropecuária. Treinamentos e capacitação em culturas de subsistência, animais de médio e grande porte, fruticultura, essência florestais e preservação e conservação do meio ambiente.

Ao serem questionados acerca do tipo de formação ou capacitação que gostariam de receber, todos citaram a formação que gostariam de almejar como: mestrado e doutorado, análise de solo, geoprocessamento, inseminação artificial para bovinos e gestão ambiental. ATER Indígena, medicina veterinária e georreferenciamento de imóveis.

Por fim, a última pergunta do formulário Google refere-se às principais mudanças no trabalho dos extensionistas durante a pandemia de Covid-19. Para os entrevistados, houve alguns percalços e a necessidade de adaptar-se ao período da pandemia, ou seja, as mudanças no cotidiano fizeram com que, cada um desses profissionais tomasse medidas ou que ficaram sujeitos aos protocolos de segurança contra a Covid-19 da Emater-PA. As mudanças foram significativas, tais como: mudança com a higiene, trabalho de forma remota, ausência de contato pessoalmente, cautela e mais respeito com a vida dos outros. Também foram suspensos os atendimentos aos agricultores e foram estabelecidas medidas de segurança, tais como o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento físico entre as pessoas.

Um dos interlocutores argumentou: “... A gente precisou se reinventar no que se refere ao atendimento *on line* e, principalmente, na forma de organização das nossas reuniões e a participação nos cursos que eram *on line*. Mas acredito que isso veio para ficar, pois facilitou o contato direto com os colegas da nossa empresa.” Com isso, constata-se que os extensionistas fizeram mais uso de equipamentos tecnológicos, para permitir a comunicação, não só com os agricultores, mas também com colegas de trabalho, dentro e fora da região de atuação.

Para facilitar o trabalho dos extensionistas, durante a pandemia de Covid-19, foi lançada uma Cartilha informativa “Covid-19 Aqui Não!” (EMATER, 2021), contendo orientações e dicas de prevenção com disponibilização de acesso a todos os empregados da Emater-Pará, agricultores e público

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

em geral. Ainda, em caráter educativo, foram lançados cartazes para orientação aos empregados quanto à forma correta de lavar as mãos, reforçando as medidas de distanciamento social e sobre a eficácia quanto à utilização das máscaras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os extensionistas que participaram desta pesquisa, em sua maioria, buscaram de forma metodológica e transparente seguir o que consta na lei de Ater, respeitando a concepção de novo rural e buscando transformar o espaço de forma sustentável, junto aos(as) agricultores(as) familiares no cenário socioambiental da microrregião Guamá, nordeste do estado do Pará. Porém, fica evidente que estes extensionistas ainda carecem de formação continuada, para poderem desempenhar suas funções em acordo com a nova extensão rural, prevista em lei. Além, de uma infraestrutura básica para desempenhar suas funções no órgão de extensão. Por outro lado, parece que os extensionistas estão desestimulados e desacreditados de que são capazes de ajudarem os agricultores a melhorarem suas vidas no campo.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para orientar o aprimoramento da prática de extensão rural na microrregião Guamá, na perspectiva de que os extensionistas e os agricultores estejam aptos a colaborar juntos de forma educativa e dialógica no meio rural. Porém, alguns empecilhos como falta de incentivos por parte do poder público, dificulta o trabalho a ser desempenhado por parte dos extensionistas, pois o trabalho educativo, dialógico e participativo demanda maior tempo e recursos financeiros e humanos para ser implementado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios Para a Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, 1998.

ALVES, E. R. A.; SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. **Extensão rural: Seu problema não é a comunicação**. Capítulo em livro técnico (AI – SEDE) / Embrapa Informação Tecnológica (SCT). p.65-86. Brasília, DF: Ipea, 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 7 fev. 2022.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Río Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

CAPORAL, R. F.; RAMOS, F. L. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inercia.** Brasília, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Sustentabilidade.** EMATER/RS, Brasil, 2001.

CARVALHO, P. P. **Práticas de ATER remota no contexto da pandemia da COVID-19: potencialidades, desafios e recomendações.** Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA. Ouricuri, PE, 2021.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** Texto para discussão, n.2343, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

CORDEIRO, I. *et al.* **Nordeste Paraense: Panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias.** Belém: EDUFRA, 2017.

DAMASCENO, J. L. *et al.* **Evolução da produção de milho na microrregião do Guamá.** Cointer. Paraíba, 2018.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil.** Corumbá-MS, n.77, p.1-3. abr. 2005.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/empresa#:~:text=A%20EMATER%2DPAR%C3%81%20tem%20a,de%20vida%20da%20sociedade%20rural>. Acesso em: 7 abr. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/Documentos%20Internos/CODIGODECONDUTAEINTEGRIDADE.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARÁ. **Metodologias de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo.** edição especial. Marituba, 2012.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARÁ. **Relatório de atividades.** Marituba, 2021.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar.** v.5, n.1, 2019.

FIGUEIREDO, R. T. P.; LORENZO, H. C. **Rancheiros do rio Mogi-guaçu, município de Barrinha-SP: Uma experiência do novo rural brasileiro.** REVISTA UNIARA, v.13, n.2, 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE A PARTIR DA MICRORREGIÃO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ

GEORGE, Susan. A revolução verde. In: _____. **O mercado da fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 105 – 126.

MACHADO, J. D.; HEGEDUS, P. **Extensão rural no Brasil: Evolução e perspectivas à luz de um modelo mundial**. Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icaria, 1994.

MIGUEL, L. A. **Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil**. Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2000. p. 39-52.

QUIDA, M.; FILHO, A. **Caridade, meritocracia e redistribuição: a tríade histórica da política social e da extensão rural brasileira**. Londrina, v. 22, n.1, p. 29-52, jul./dez. 2019

RODRIGUES, M. C. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol.30, n.3 (119), p.511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. p.21-50. Porto Alegre, 2004.

SOUZA, M. G. N.; FONSECA, N. E. M. **Caracterização e importância da pluriatividade na reprodução socioeconômica de agricultores familiares da comunidade Bola Preta, Capitão Poço, Pará, Brasil**. Orientador: Carlos Douglas de Sousa Oliveira. 2019. 62 f. TCC (Graduação). Curso de Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural da Amazônia, Paragominas, PA, 2019.